

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
TRE-PR

ANEXO III

PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL 2023
FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU

JANEIRO DE 2023

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO

2) OBJETO

3) SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS

A. ACESSIBILIDADE

a. Passeio Público

b. Pátio interno

c. Sanitários Acessíveis

B. PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

C. RECALQUE

D. FISSURAS

E. INFILTRAÇÃO

a. Cobertura

b. Paredes

c. Calçada dos fundos

F. COBERTURA

a. Estrutura

b. Telhas

c. Vedações

G. TOLDOS

H. AR CONDICIONADO

I. JANELAS

J. PORTAS

K. PORTÃO DO DEPÓSITO DE URNAS

L. DEPÓSITO DE MATERIAIS DE LIMPEZA (DML)

M. ELÉTRICA

a. Tomadas sem espelho

b. Adaptação das tomadas de piso dos guichês de atendimento

c. Rede lógica

d. Quadro geral, DPS e identificação de disjuntores, tomadas e interruptores

e. Padrão de energia

f. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)

N. PINTURA DA EDIFICAÇÃO

4) PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

5) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

6) BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

7) ENCARGOS SOCIAIS (LEIS SOCIAIS)

8) RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA

9) DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

10) PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

11) CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12) RESPONSABILIDADE TÉCNICA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

1) INTRODUÇÃO

Este PROJETO BÁSICO visa orientar na contratação de empresa de engenharia, especializada no ramo, para execução da **Reforma Geral no Fórum Eleitoral de Mandaguaçu**

Considera-se como projeto básico o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, a serem apresentados no memorial descritivo do projeto executivo.

Neste documento serão apresentadas as soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas para todos os problemas identificados na edificação em questão durante as visitas técnicas realizadas.

Os documentos anexos a este projeto básico, como o cronograma físico-financeiro a planilha orçamentária e os critérios de aceitação, tem seus detalhes aqui apresentados e visam dar os subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra e identificar os tipos de serviços a executar e os materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações.

Recomenda-se a leitura detalhada e na íntegra deste documento, acompanhando-se inclusive dos projetos anexos, projeto executivo, critérios de aceitabilidade e demais documentos contratuais, a fim de se obter uma perfeita compreensão de todas as partes que o compõem.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

2) OBJETO

Contratação de empresa especializada para a Reforma Geral da edificação que abriga o Fórum Eleitoral de Mandaguáçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, assim como no projeto executivo.

Estima-se o prazo total de execução dos serviços em de 129 dias, conforme detalhado em tópico específico deste documento referente ao cronograma físico-financeiro.

O objeto desta contratação tem a natureza de obra, por ser atividade privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto de ações que formam um todo que inova o espaço físico da natureza, na modalidade de Recuperar e Reformar, conforme as definições da Lei 14133 de 2021 e da orientação Técnica IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras públicas

3) SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS

A. ACESSIBILIDADE

A edificação passou por uma reforma que incluía a adequação à acessibilidade em 2017. Porém, a norma de acessibilidade sofreu alterações em 2020 e o TRE passou a adotar novas políticas nas suas reformas, o que faz com que o Fórum Eleitoral de Mandaguáçu não esteja totalmente adequado aos padrões de acessibilidade atuais, podendo sofrer com fiscalizações do Ministério Público, como já ocorreu em outros Fóruns.

a. Passeio Público

A imagem a seguir mostra que o passeio público da edificação possui piso tátil somente na frente do portão de pedestres, pois, na época da reforma o TRE-PR tinha como padrão a execução de acessibilidade apenas em frente ao portão de pedestres por conta de custos, porém, em reformas recentes vem sendo adotada a regularização de todo o passeio em frente ao terreno do Fórum, a fim de atender por completo a norma de acessibilidade e facilitar a locomoção de portadores de deficiência visual.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



O passeio possui largura suficiente para que adaptação não exija a ampliação da faixa de concreto, necessitando somente a colocação do piso podotátil e a limpeza de vegetação, além dos rebaixos de calçada nas esquinas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

b. Pátio interno

O piso tátil que liga o portão de pedestres à entrada da CAE possui um piso podotátil de 30cm. Entretanto, para que os veículos possam estacionar nas vagas de estacionamento, é necessário que os veículos trafeguem por cima do piso tátil, o que está danificando-o, sendo necessário a substituição de várias peças por de maior resistência.



A placa da admissão de cão guia no interior da edificação está com informações incorretas. A placa de estacionamento também está com dimensões erradas e informações incompletas. Deve-se realizar a substituição das placas de sinalização por modelos em conformidade com as normas e legislação atuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

c. Sanitários Acessíveis

A válvula de descarga do sanitário masculino da CAE está sem acabamento. Deve ser instalada uma válvula PCD como a do sanitário feminino. Os alarmes de emergência devem ser reposicionados para que fiquem a 40cm do piso.



B. PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

O sistema de sinalização de emergência não atende por completo a NPT 020 do Corpo de Bombeiros do Paraná. As placas indicativas dos extintores de incêndio, saída de emergência, rota de fuga, quadro elétrico, GLP e medidas preventivas (M1) estão fora dos padrões exigidos pelas normas, além de não existir demarcação de piso do depósito de urnas.

Deve-se realizar a adequação das instalações de combate a incêndio de acordo com o projeto elaborado pela SOP. Isso inclui remanejamento de extintores e complementação da sinalização e iluminação de emergência.

A unidade conta com abrigo de gás, mas o mesmo não possui nenhum dos apetrechos necessários para o funcionamento. Atualmente o botijão fica ao lado do fogão. O abrigo também não possui as sinalizações de emergência e extintor ao lado, conforme descrito nas NPT's 020 e 021, respectivamente.

Para regularizar a situação é necessária a instalação do registro de bloqueio, regulador de gás, mangueira pigtail, abraçadeiras de fixação na tubulação, placas de sinalização – alerta, proibição e medida preventiva –, e extintor fixado a no máximo 1,6 metros de altura do piso acabado. Será executada a instalação de um portão para

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

o fechamento do abrigo para evitar a possibilidade de furtos, assim como, aumentar a segurança do sistema, evitando o acesso de pessoal não autorizado ao sistema de gás. Vale ressaltar que este portão deve permitir a circulação de ar, de forma a não obstruir a saída de gás caso ocorra o vazamento deste.



Considera-se de extrema importância a adequação, visto que a desconformidade, impede a regularização da edificação, pode levar a aplicação de multa em uma eventual vistoria do Corpo de Bombeiros, e também porque utilizar o botijão na área interna expõem todos os ocupantes da edificação a um grande risco de explosão e incêndio.

C. RECALQUE

Existe uma caixa de inspeção pluvial nos fundos da edificação, ao lado de uma caixa de inspeção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas. É possível visualizar, ao abrir as caixas, que o solo está sofrendo um processo de lixiviação. Não é possível afirmar para onde vai o solo, porém, fato é que o processo de lixiviação é grande e está ocasionando o recalque da calçada dos fundos da edificação. As imagens a seguir ilustram o fenômeno.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



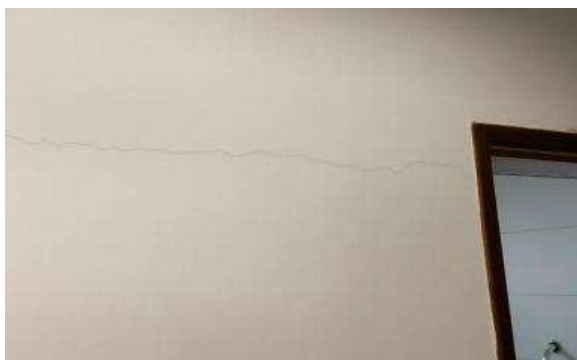
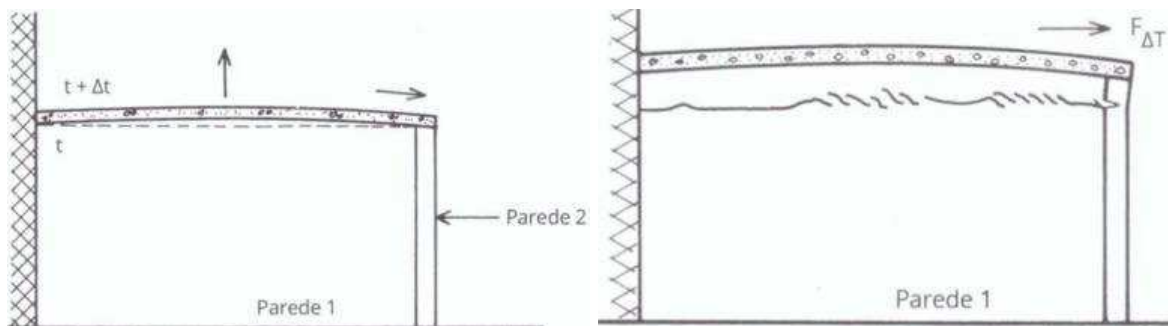
O problema deve ser corrigido a fim de evitar que a situação piore e cause danos maiores à edificação. Deve-se realizar uma escavação para identificar a causa da perda de volume de terra no local. Em seguida, deve-se realizar a recomposição do solo e readequar as caixas de passagem.

D. FISSURAS

A edificação possui várias fissuras em vários ambientes com origens diferentes. A seguir estão as explicações técnicas para o aparecimento das fissuras presentes no Fórum Eleitoral de Mandaguaçu.

O aumento da temperatura provoca a dilatação da laje dos banheiros da CAE, que por sua vez provoca forças nas paredes que a cercam. Essas paredes não possuem resistência suficiente para suportar os esforços solicitantes da laje e acabam por fissurar.

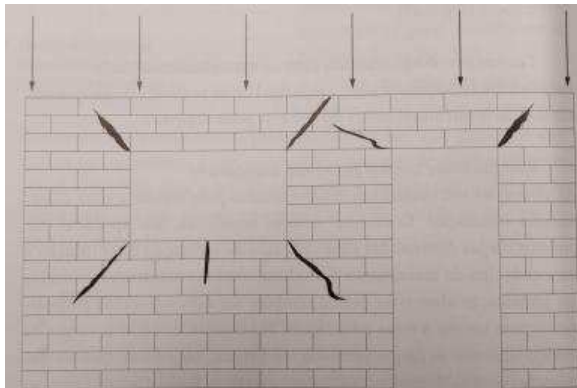
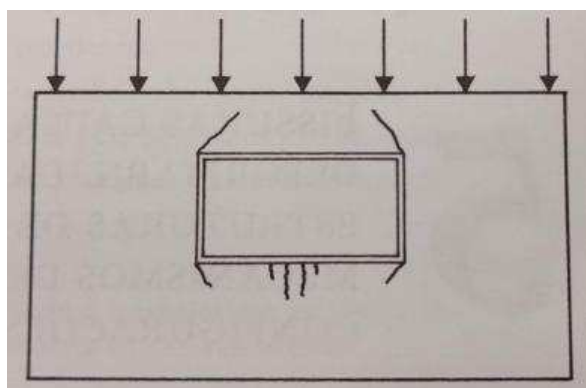
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



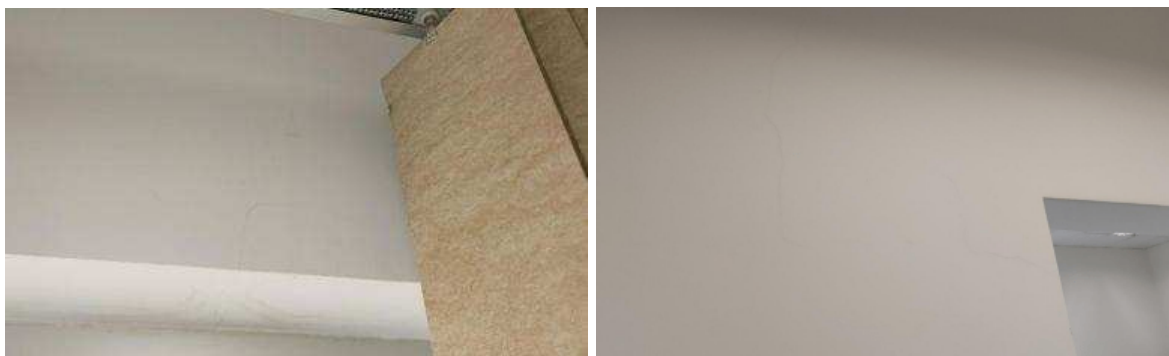
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



As fissuras no entorno de janelas e portas, são características da deformação excessiva da alvenaria, geralmente causada pela falta ou falha dos elementos de vergas e contra vergas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



A fissura na imagem a seguir está disposta em uma configuração vertical, o que é característico da dilatação térmica da estrutura.



As fissuras das imagens a seguir são características de sobrecarga na alvenaria. Isso aconteceu provavelmente devido ao aumento da parede para adaptação do telhado, que gerou cargas não previstas no projeto estrutural.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

O portão do depósito de urnas possui um coeficiente de dilatação muito maior que o revestimento que o cerca, o que em dias muito quentes leva a expansão da estrutura do portão e em dias muito frios, a contração. A argamassa de assentamento não possui elasticidade suficiente para acompanhar a movimentação do portão acaba por fissurar.



O abrigo de gás está apoiado sobre a calçada dos fundos da edificação, que está lentamente afundando e não está acompanhando a fundação do resto da edificação, o que leva ao destacamento da alvenaria no encontro entre o abrigo e a parede dos fundos, como pode ser observado na imagem abaixo.



O beiral do Fórum Eleitoral de Mandaguaçu foi feito com placas cimentícias. A instalação das placas cimentícias é feita com pedaços de cerca de 1m cada, colocadas uma ao lado da outra. Para disfarçar as juntas e apresentar um aspecto de continuidade no material de acabamento, são colocadas telas de reforço e as placas

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

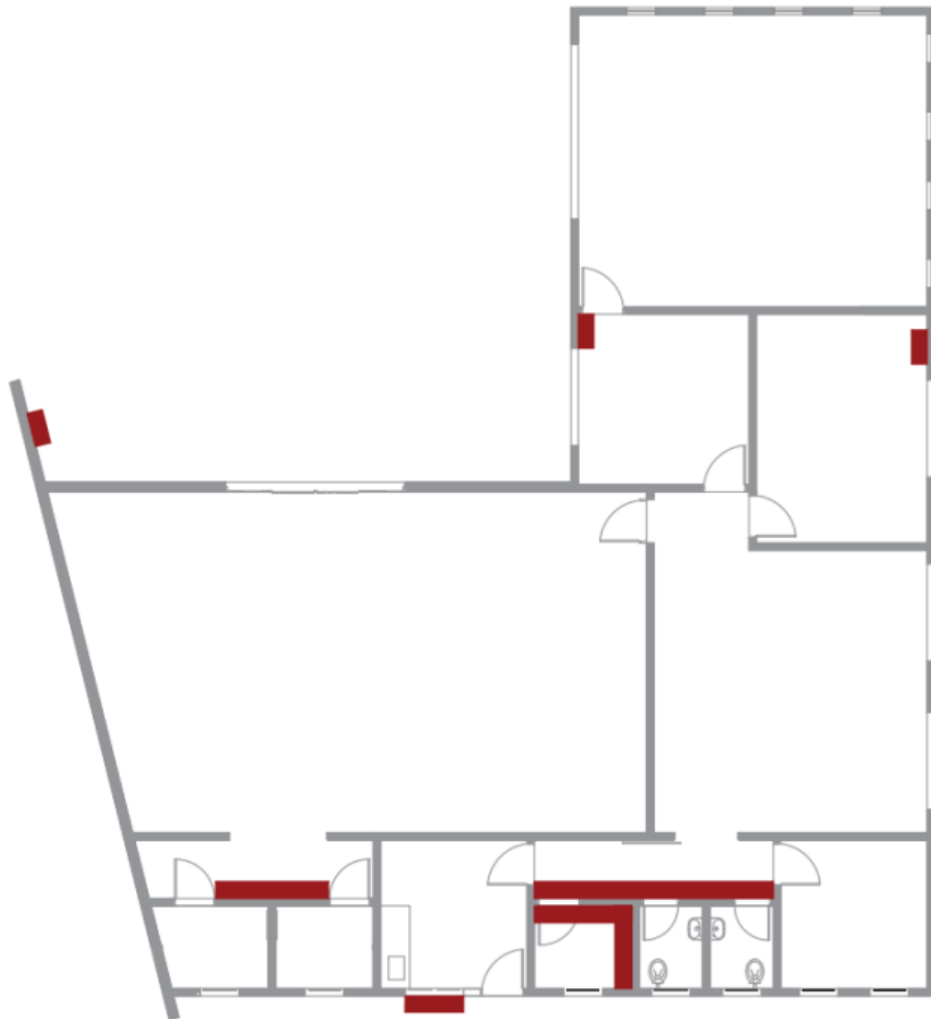
são unidas com massas específicas para placas cimentícias. Entretanto, o coeficiente de dilatação da estrutura da cobertura é superior ao da placa, ou seja, em dias quentes, a estrutura expande mais que as placas cimentícias, ocasionando as fissuras no beiral vistas a seguir.



Todas as fissuras devem passar por um tratamento específico, de acordo com a sua origem e o nível de gravidade, a fim de preservar os padrões estéticos da edificação.

Abaixo está disposto uma planta com a localização das fissuras supramencionadas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



E. INFILTRAÇÃO

a. Cobertura

A edificação possui alguns pontos de infiltração, em sua maioria oriundos da cobertura.

Na sala de audiências e no depósito de urnas, existem infiltrações nas paredes acima do forro, ilustrado na imagem a seguir.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



Ao rastrear a origem da infiltração, é possível observar que a água infiltra em vários locais da cobertura, conduzida por meio das terças até os apoios, conforme ilustrado na imagem a seguir.



Deve-se sanar os problemas de infiltração da cobertura, o que automaticamente resolverá as infiltrações nestes ambientes.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



b. Paredes

Várias paredes da edificação, localizadas no depósito de urnas e no arquivo, apresentam sinais de infiltração crítica, conforme as imagens a seguir.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



Deve-se realizar a demolição do revestimento, a impermeabilização do substrato e a recomposição do emboço e reboco com aditivos impermeabilizantes nas regiões afetadas pelos problemas.

c. Calçada dos fundos

A parede dos fundos da edificação possui sinais de infiltração em sua base. As manchas, ilustradas na imagem a seguir, ocorrem pela ascensão por capilaridade da água que infiltra pelo vão entre a calçada dos fundos e a parede.



Deve-se executar uma nova caída da calçada, sendo corrigida para que a água escorra para a grama, evitando a entrada de água nos baldrame.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

F. COBERTURA

a. Estrutura

A estrutura da cobertura do Fórum Eleitoral de Mandaguaçu está bastante deteriorada, conforme ilustrado nas imagens a seguir.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

O estado da corrosão em alguns perfis está bastante avançado, necessitando de intervenção para evitar o colapso parcial da estrutura. Não é possível afirmar quando o nível da corrosão irá atingir o seu limite, porém se não forem feitas as correções necessárias, é fato que a edificação correrá riscos. Deverá ser executado os serviços de recuperação da estrutura atual e o ajuste das terças para diminuir o espaçamento entre os apoios das telhas.

b. Telhas

As telhas da cobertura apresentam alguns defeitos que permitem a entrada de água no interior da edificação, acarretando nos problemas citados em itens anteriores, conforme as imagens a seguir.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

c. Vedações

Algumas vedações de telhas e dos rufos devem ser substituídas, visto que estão ressecadas pelas intempéries



G. TOLDOS

Os toldos sobre a porta da C.A.E., sobre o portão do depósito de urnas e porta dos fundos da copa estão em boas condições, porém não possuem contra rufos para evitar que a água passe entre a estrutura dos toldos e a parede, danificando a pintura da edificação e facilitando a infiltração em paredes.



Deverá ser feita a instalação de contra rufos para evitar que surjam manchas escuras oriundas de intempéries.

H. AR CONDICIONADO

O sistema de ares condicionados não contém tubulação de drenagem da água acumulada pelos condensadores até a área do jardim. Assim, as mangueiras lançam água sobre a calçada dos fundos da edificação, atrapalhando a passagem de pessoas

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

e também gerando poças junto à base da parede, podendo resultar em infiltrações na alvenaria.



Dessa forma, será feita a instalação de drenos fixados na alvenaria que seguem até o gramado.

As aberturas feitas na alvenaria para a passagem da tubulação dos condensadores para o split são focos de infiltrações de águas pluviais. Dessa forma, Será realizada a aplicação de argamassa com aditivo impermeabilizante na área quebra, a fim de conter possíveis sinais de umidade para o interior da edificação.

I. JANELAS

Existem infiltrações em várias janelas da edificação. O revestimento ao redor das paredes já foi afetado pelos problemas.

Um problema recorrente em quase todos os Fóruns, o peitoril das janelas no Fórum Eleitoral de Mandaguaçu não é longo, nem inclinado o suficiente para que a água da chuva escorra para o chão e não acumule nas janelas. Somado a selantes ressecados, o resultado da infiltração pode ser conferido na imagem a seguir.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



No caso das janelas do depósito de urnas, as infiltrações têm origem por falhas na inclinação e na impermeabilização dos peitoris que ali existem, além de fissuras na parte externa das paredes. Faz-se necessário executar a regularização e a impermeabilização dessas superfícies.

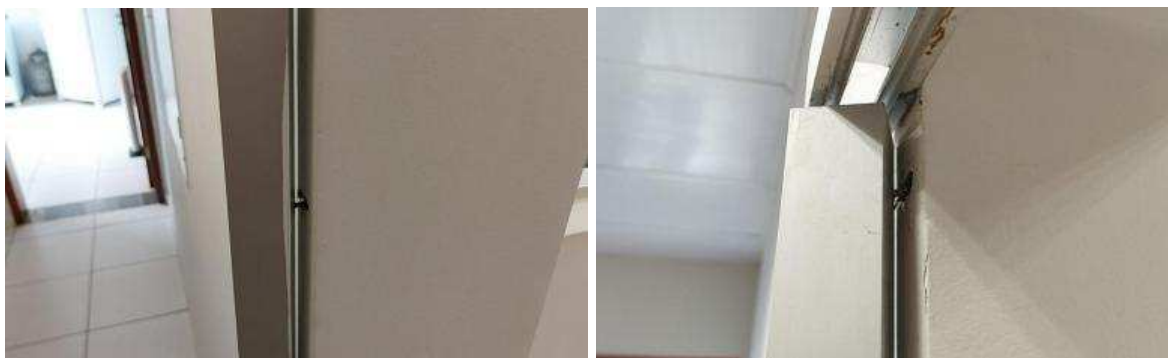
Esse modelo de esquadria não permite a instalação de contramarco, elemento que agrega robustez e estanqueidade à janela. Vale ressaltar que a simples substituição do selante das janelas não garante a vedação adequada, podendo piorar a situação dependendo de como é instalado.

Visto a considerável quantidade de manchas oriundas de águas pluviais nos acabamentos da alvenaria interna da edificação, será feita a substituição das janelas afetadas por modelos com esquadrias de alumínio, com contramarco, além da renovação do selante em todas as janelas da edificação e também a substituição dos peitoris por novos modelos com pingadeira e instalados com a devida inclinação.

J. PORTAS

O batente da porta de correr do corredor do cartório está solto. Deve-se realizar uma fixação da esquadria a fim de preservar a estética da edificação e o bom funcionamento da porta.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



A porta pantográfica apresenta muita dificuldade para realizar a sua abertura, além de produzir um ruído muito alto, que incomoda bastante os usuários. Deve-se realizar uma revisão nesta pantográfica para eliminar a dificuldade na abertura e também os ruídos.



K. PORTÃO DO DEPÓSITO DE URNAS

Foi solicitada a automação do portão do depósito de urnas pela chefe de cartório. É necessário adaptar as instalações elétricas para a instalação de um motor. Deverá ser realizada a automação do portão, visto que é um item padrão na maioria dos Fóruns, como pode ser visto na imagem a seguir, que retrata o motor do portão do Fórum Eleitoral de Rolândia.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



Outro problema encontrado no portão do depósito de urnas é a maçaneta da porta danificada. Deve-se realizar a substituição da maçaneta.



L. DEPÓSITO DE MATERIAIS DE LIMPEZA (DML)

Um problema recorrente em quase todos os Fóruns da Justiça Eleitoral, o depósito de materiais de limpeza possui paredes e teto mofados, prejudicando a estética do ambiente e a saúde dos colaboradores que utilizam o espaço. O problema acontece porque o espaço não possui ventilação nenhuma, visto que é extremamente difícil abrir a janela e deixá-la aberta permanentemente significaria a entrada de água da chuva. Deverá ser realizada a instalação de um exaustor de parede para evitar a formação de mofo no ambiente.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



Autor: SicFlux

M. ELÉTRICA

a. Tomadas sem espelho

Há no total 5 tomadas sem espelho no Fórum Eleitoral de Mandaguaçu. Um trecho da canaleta de um interruptor também está sem a tampa. Deve-se instalar tampas nas tomadas pois além de serem um item que ajudam na estética da edificação, servem como proteção ao acesso da fiação da tomada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

b. Adaptação das tomadas de piso dos guichês de atendimento

As tomadas de piso da CAE não apresentam um funcionamento correto e são alvo de constante reclamação por parte dos servidores de cartórios. A presença das tomadas no piso impede que o piso seja limpo de maneira tradicional, com o lançamento de baldes de água. As tomadas de piso também estão sujeitas a umidade do solo e acúmulo de sujeira, o que contribui para a redução da vida útil dos componentes das tomadas.

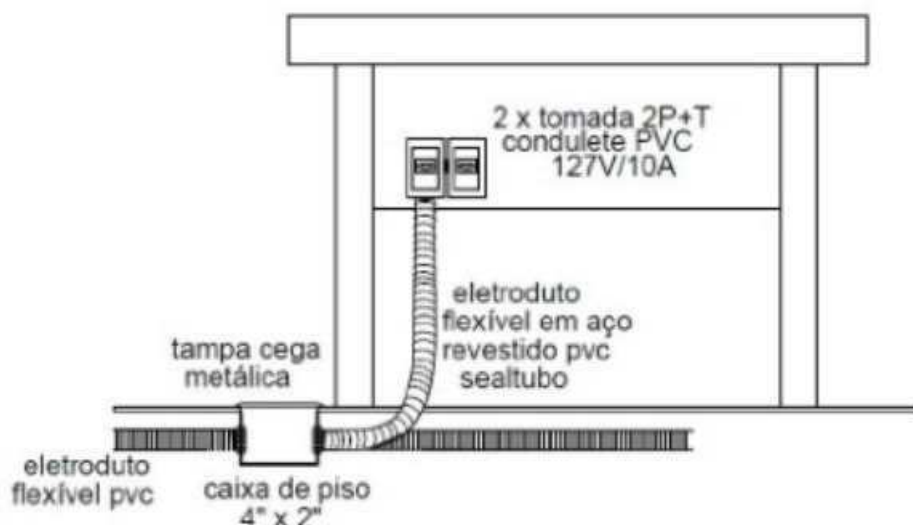


As tomadas elétricas e tomadas de lógica (RJ45) para as mesas dos guichês serão do tipo sobrepor, instaladas na parte inferior das mesas de atendimento. Deverá ser instalado eletroduto flexível de aço galvanizado revestido por PVC (sealtube) desde a caixa de passagem embutida no piso até as tomadas de sobrepor sob a mesa do guichê.

Deverão ser instaladas tampas cegas nas tomadas de piso existentes.

A imagem a seguir sugere como pode ser feita a instalação.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



c. Rede lógica

Principal motivo de reclamação por parte dos servidores do cartório, a infraestrutura de rede não funciona corretamente. Segundo os relatos, as tomadas do piso da CAE pararam de funcionar há muito tempo. Os pontos de rede das salas funcionam precariamente. A situação está sendo contornada provisoriamente com cabos interligando os pontos de rede diretamente do rack de rede.

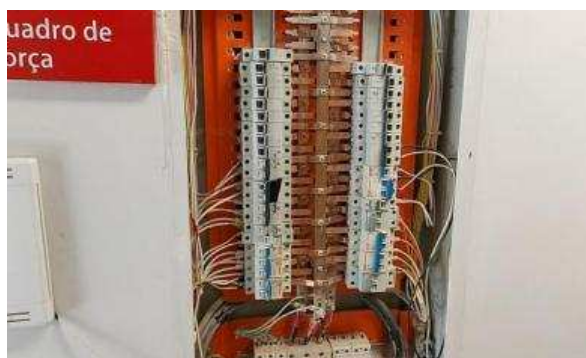


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

Deverá ser solicitado o auxílio da Seção de rede do TRE-PR para que vá ao local e identifique possíveis origens de ruídos e oscilações na rede.

d. Quadro geral, DPS e identificação de disjuntores, tomadas e interruptores

O quadro geral de distribuição de energia do Fórum Eleitoral de Mandaguaçu está sujo, com bastante poeira no seu interior. Além disso, os disjuntores não estão propriamente identificados. Substituição dos DPS's existentes e instalação de 4 novos. Deve-se realizar a limpeza do quadro e a correta identificação dos disjuntores e também de todos os interruptores, tomadas elétricas e de lógica. Também deverá ser feito o aterramento das portas dos quadros.



e. Padrão de energia

O quadro do padrão de energia está com diversos pontos de ferrugens, devendo ser feito a sua manutenção e pintura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

f. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)

Toda a malha de captação deverá ser removida. Atendendo as especificações da NBR 5419 - 2015, serão utilizados as estruturas metálicas instaladas no telhado como captadores naturais de SPDA, tais como os rufos e contrarufos metálicos que serão substituídos por novos, as linhas de vida existentes, escada de marinho e estrutura metálica de suportes/fixação das telhas. Para garantir o bom funcionamento deste sistema de captação deverá ser garantida a continuidade de conexão entre os vários trechos de rufos, contrarufos e das estruturas de suportes/fixação das telhas através de conexões por solda, conectores e/ou parafusos.

A conexão entre os diversos materiais que irão compor o sistema de captação deverá ser feita com cabo de alumínio nu 70mm² ou cabo de cobre nu 35mm², devendo ser utilizados conectores bimetálicos quando se fizer necessário para evitar a corrosão galvânica, como há a possibilidade de dúvidas por parte do empreiteiro em relação ao tipo de conector a ser utilizado, tais serviços só poderão ser executados mediante a liberação expressa por parte da fiscalização. Para a conexão do sistema de captação para as descidas existentes também deverão ser atendidos estes critérios.

Ainda conforme a norma, as descidas não necessitam de eletrodutos e caixas de inspeção em condutele, podendo estes acessórios serem removidos caso se faça viável. Caso a descida seja com barra chata de alumínio deverá ser instalado conector bimetálico a cabo de cobre nu 35mm² e deste até a malha de aterramento que é composta por cabo de cobre nu 50mm². Caso a descida seja em cabo de cobre nu 35 mm², esta deverá ir direto até a conexão com a malha de aterramento com cobre nu 50mm²

Deverá ser feita a limpeza das caixas de concreto com haste de aterramento e preenchimento destas com brita granulada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

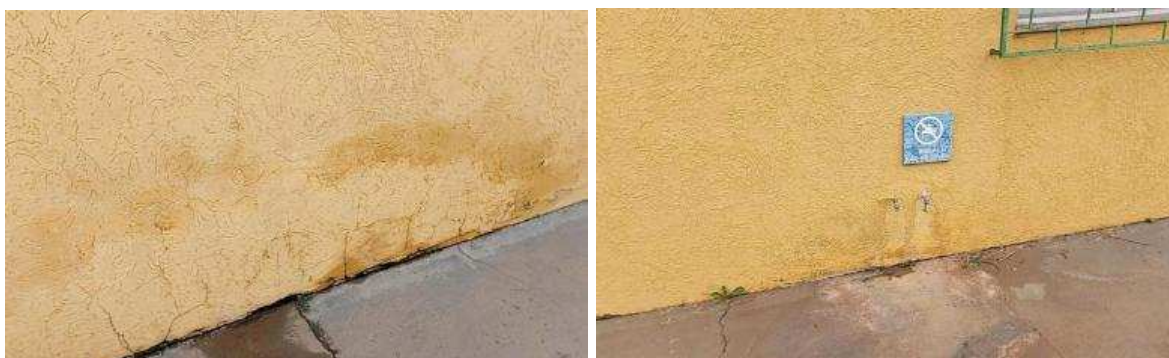


Algumas tampas de caixas de inspeção estão danificadas, conforme ilustrado nas imagens a seguir e deverão ser substituídas.



N. PINTURA DA EDIFICAÇÃO

No geral, a pintura interna do Fórum Eleitoral apresenta bom estado de conservação. São algumas áreas com infiltrações, empolamento na massa corrida e descascamento da tinta. Já a pintura externa, apresenta desgaste razoável, mas em áreas não acessíveis ao público, portanto não atrapalham a imagem da edificação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023



Já a pintura do piso do depósito de urnas apresenta desgaste excessivo, necessitando ainda reparos isolados na argamassa sob a camada de tinta. A pintura das grades, gradis, muros e muretas também apresenta grande desgaste.

Conforme estabelecido nos Estudos Técnicos Preliminares, a pintura geral da edificação não será incluída nessa contratação, devendo ser executada em momento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

futuro através de contrato específico. Apenas será executada a pintura exclusivamente necessária para a adequação da acessibilidade, ou seja, aquela no pátio do estacionamento, para cobrir as vagas irregulares e criar as novas vagas.

Recomenda-se que seja feita a contratação da pintura geral da edificação logo após a conclusão dos serviços, para restaurar os padrões estéticos da edificação, que serão afetados pelos serviços da reforma.

4) PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

O orçamento de referência para a execução da obra é de **R\$ 168.054,27 (cento e sessenta e oito mil e cinquenta e quatro reais e vinte e sete centavos)** e foi elaborado com base nos preços apresentados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI/CEF) data base de **dezembro de 2022**, dentre outras bases de preços oficiais, conforme preconiza a legislação.

Conforme disposição dos Estudos Técnicos Preliminares, a contratação será por empreitada global, e o valor das propostas da licitante deverá ser a soma dos custos diretos e BDI. As informações relativas aos preços ofertados e também ao BDI serão de inteira responsabilidade do Licitante.

Junto da planilha que apresenta o orçamento de referência também é enviada planilha orçamentária para a formação dos preços, a ser preenchida pelo licitante.

Para a formação dos preços, os custos devem integrar a proposta na totalidade dos serviços necessários, ou seja, nos preços unitários deverão estar incluídos todos os equipamentos, materiais, perdas, instrumentos, mão-de-obra (inclusive com a previsão de custos para eventuais horas extraordinárias ou adicionais noturnos, a fim do cumprimento do prazo da obra e do cronograma físico-financeiro), e quaisquer outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste contrato.

Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos, os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou no global constantes da proposta.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

Recomenda-se a inclusão no edital de cláusula a estabelecer, de forma objetiva, o que será objeto de aditamentos durante a execução da avença, bem como a definição do que venha a ser "subestimativas ou superestimativas relevantes", como, por exemplo, o estabelecimento de percentuais de tolerância quantitativa admitida em cada item do orçamento que torne descabida a celebração de aditivo, como, ainda, a necessidade de que a imprecisão se refira a serviço materialmente relevante do empreendimento (avaliado de acordo com a metodologia ABC), em prestígio ao princípio da segurança jurídica, conforme item 9.1.9 do Acórdão TCU nº1977/2013.

Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária. A planilha orçamentária estima, conforme recomendação do TCU (Acórdão n. 2.622/2013-TCU-Plenário), 6,23% do valor dos serviços como o valor referente à administração local, contemplados em etapa específica da planilha orçamentária.

Na formação do seu preço, o licitante deverá ofertar valores unitários iguais para os itens da planilha de orçamento que se repetem em todas as etapas da obra.

As Licitantes poderão modificar a planilha de formação de preços apresentada em anexo apenas no conteúdo das colunas relativas ao preço unitário das composições.

O percentual correspondente ao BDI, considerado para compor o preço total, deverá estar expresso na planilha orçamentária, em célula específica, e deverá ser igual ao apresentado pela empresa na composição analítica do BDI.

A planilha orçamentária foi elaborada de maneira a permitir a adoção de sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas, conforme determina a Lei 14133 de 2021. Uma etapa da planilha orçamentária será considerada efetivamente concluída apenas quando todos os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

Durante a execução dos serviços, tomando como base as informações disponibilizadas pela empresa através dos Relatórios Diários de Serviços e também

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

de visitas técnicas realizadas pela fiscalização, será elaborada medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha orçamentária que será disponibilizada à empresa contratada para acompanhamento. A medição prévia apresentada não exime a contratada de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica a aceitação definitiva dos serviços executados.

5) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Tem-se no cronograma físico-financeiro uma representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de execução da obra, demonstrando, em cada período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido.

Para a elaboração do prazo estimado de execução das etapas do cronograma, foi feita a análise dos coeficientes de mão de obra utilizados nas composições pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI/CEF).

Para a elaboração do prazo de execução estimado os finais de semana foram considerados como dias não trabalhados, utilizou-se uma jornada de trabalho de 6 horas diárias, apenas no período da tarde, com uma equipe de trabalho estimada, condizente com a complexidade e dimensão dos serviços, e considerando a execução simultânea de certas etapas.

O dimensionamento da equipe de trabalho ficará a cargo da empresa contratada, devendo atender ao cronograma previamente estabelecido.

Assim, estimou-se o **prazo de execução para os serviços mínimos de 129 dias corridos, considerando a semana de trabalho de segunda à sexta.**

Antes do início da execução dos serviços o contratado deverá realizar análise profunda do cronograma físico-financeiro elaborado, apresentando todas as alterações nos prazos de execução, conforme julgar necessário, ficando ao critério da fiscalização a aprovação das alterações. Não devem ser aceitas propostas de alteração no cronograma físico-financeiro que importem em dilação do prazo de execução.

Recomenda-se a sistemática de medição e pagamento associada à execução completa de etapas do cronograma físico-financeiro, vinculadas ao cumprimento dos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

critérios de desempenho e aceitabilidade, tal sistemática deve ser levada em consideração pela empresa contratada para a elaboração de seu cronograma.

A execução simultânea de etapas carece de formal autorização da fiscalização, devendo essa situação estar prevista no cronograma físico-financeiro.

O modelo de cronograma físico-financeiro foi elaborado para ser adaptado, quando se fizer necessário, durante a execução dos serviços, por isso, todos os dias nos quais o trabalho for impraticável serão registrados, e, se necessário, os prazos serão ampliados na mesma proporção.

A contratada deverá cumprir rigorosamente as atividades do cronograma físico-financeiro na ordem e no prazo nele disposto. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação pela fiscalização, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.

Toda e qualquer situação que implique necessária alteração do cronograma em qualquer de seus aspectos, será elaborada apenas pela Administração. As alterações serão sempre informadas tempestivamente à empresa.

O cronograma de referência foi elaborado tendo como data prevista o dia 01/04/2023 e será ajustado a data real após a definição desta na reunião inicial dos serviços.

6) BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI

A taxa do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, representa um percentual que, aplicado sobre o custo da obra, eleva-o ao preço final dos serviços. Deve ser destacado em item próprio na planilha orçamentária, não fazendo parte da composição dos preços unitários.

Essa taxa, calculada pela fórmula apresentada abaixo, contempla as seguintes despesas:

- Administração central (AC);
 - Taxa representativa das despesas de rateio da administração central, que considera despesas referentes à estrutura administrativa da

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

empresa, como manutenção da sede da empresa para dar suporte técnico, administrativo e financeiro a todas as obras que estejam em execução.

- Despesas Financeiras (DF);
 - São gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data do efetivo desembolso e a data da receita correspondente. Deve-se analisar qual o custo de oportunidade do capital, ou seja, deve-se apurar qual seria o seu rendimento se o capital de giro tivesse sido aplicado no mercado financeiro naquele período. Não considera-se aqui os valores dos juros cobrados em empréstimos bancários.
- Seguros (S);
 - Percentual calculado sobre o total da obra para garantir o seguro básico do projeto;
- Garantias;
 - Garantias exigidas sobre o empreendimento definidas em edital;
- Riscos (R);
 - Custos com imprevistos que não estão contemplados por seguros. Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material (por quebras ou retrabalhos) e greves
- Taxa representativa da incidência de Impostos e Tributos (I);
 - Tributos municipais, estaduais e federais incidentes;
- Taxa representativa da Remuneração.
 - Percentual de lucratividade prevista para o projeto.

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

As alíquotas de tributos apresentadas pelo proponente na composição do BDI devem observar a legislação tributária vigente (Acórdão 2.622/2013, TCU).

Despesas relativas à administração local de obras e instalação e manutenção do canteiro serão tratadas como custo direto.

Os custos de mobilização, desmobilização, limpeza permanente da obra, equipamentos de segurança coletiva, treinamentos, ensaios técnicos e demais custos para operação e manutenção da obra foram considerados dentro das composições específicas.

No que tange aos tributos, é importante que somente sejam incluídos aqueles pertinentes, não devendo constar do cálculo os de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado e que, por essa razão, não devem ser repassados à contratante, conforme entendimento do TCU. Empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006.

Na composição do BDI de obras públicas devem ser considerados somente os custos alocados com base em critérios de rateio ou em estimativas ou aproximações, tais como: administração central, riscos, seguros, garantias e despesas financeiras, além da remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento. (TCU, Acórdão nº 3.034/2014, Plenário.)

Como anexos deste projeto básico são apresentadas duas planilhas de BDI, a primeira com o demonstrativo do percentual utilizado para a elaboração da planilha orçamentária, e a segunda para preenchimento pela empresa contratada.

7) ENCARGOS SOCIAIS (LEIS SOCIAIS)

Os encargos sociais (Leis sociais) são formados pelos custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários (insumos classificados como mão de obra assalariada) e têm sua origem na CLT, na Constituição Federal de 1988, em leis específicas e nas Convenções Coletivas de Trabalho. Por se tratar de custos que

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

variam conforme os salários recebidos, incidem de forma percentual sobre os valores dos salários informados pelo IBGE.

As planilhas com os Encargos Sociais são elaboradas pela área de engenharia da CAIXA e observam padronização básica definida a partir de estudo técnico específico. Os percentuais adotados para os Encargos Sociais elaborados pelo SINAPI estão disponíveis em www.caixa.gov.br/sinapi, bem como os memoriais de cálculo desses percentuais, para cada estado e Distrito Federal, tanto para mão de obra horista quanto mensalista.

Os índices que compõem os encargos sociais dividem-se em quatro grupos:

Grupo A – Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou de convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;

Grupo B – Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

Grupo C – Encargos Sociais que não recebem incidência do Grupo A, os quais são predominantemente indenizatórios e devidos na ocasião da demissão do trabalhador, como aviso prévio, férias (quando vencidas) e outras indenizações;

Grupo D – Reincidências de um grupo sobre outro.

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, somente o contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, levando isso em consideração é preciso enfatizar que os percentuais apresentados pelo SINAPI, incluídos em anexo deste documento, não representam um valor fixo para os encargos sociais, servem apenas como parâmetro, pois em sua composição são feitas estimativas gerais para certos itens, como, por exemplo, percentual de ocorrências de acidentes de trabalho, que repercutem no valor dos grupos B, C e D.

A apropriação dos percentuais de Encargos Sociais varia de acordo com o regime de contratação do empregado (horista ou mensalista) e a localidade em que

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

será realizada a obra, devido aos diversos fatores externos, tais como rotatividade da mão de obra, quantidade média de dias de chuvas, acordos locais e incidência de feriados.

Em **www.caixa.gov.br/sinapi** é possível acessar a Memória de Cálculo vigente dos Encargos Sociais, bem como acessar as planilhas atualizadas dos Encargos Sociais adotadas para cada uma das vinte e sete localidades de referência do SINAPI (as capitais estaduais e o Distrito Federal), onde o IBGE realiza coleta de preços de insumos. Os impactos das Leis 13.670/2018, 12.844/2013 e 13.161/2015, que tratam da desoneração da folha de pagamento da construção civil, são considerados na determinação dos percentuais de Encargos Sociais.

Assim, é necessário que a empresa contratada apresente a composição analítica dos encargos sociais próprios, conforme o regime tributário ao qual faz parte.

8) RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA

O relatório diário de obras (RDO) é um documento que será utilizado durante todo o prazo de execução dos serviços para registrar diariamente informações sobre o dia de trabalho na obra.

No diário de obras serão registrados, por exemplo, as principais atividades executadas no dia, o efetivo da obra, as condições climáticas, os acidentes de trabalho, as situações que implicaram na impossibilidade total ou parcial de execução de serviços ou tarefas, o início ou a conclusão de etapas.

O diário de obras devidamente preenchido é um documento indispensável para manter bons registros da obra para consultas futuras e para permitir a fiscalização de todos os serviços.

O diário de obras é o documento oficial para registro das atividades e ocorrências, e um dos principais meios de comunicação entre o contratado e a fiscalização.

O preenchimento do diário de obras deve ser feito diariamente, inclusive no caso de dias não trabalhados, como, por exemplo, nos finais de semana, podendo ficar a cargo do responsável técnico pelos serviços ou do gerente da obra, ou

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

encarregado geral, mas sempre com a supervisão, orientação e aprovação do responsável técnico.

O texto do diário de obras deve ser claro, direto e sucinto, com detalhes somente dos pontos mais críticos e relevantes. Os comentários devem ser os necessários a caracterizar o desenvolvimento das obras, impactos que prejudicam a produção, entre outros.

Será a partir das informações disponibilizadas pela empresa no Relatório diário de obras que a fiscalização irá elaborar a prévia da medição para consulta, mencionada no tópico referente à planilha de custos deste projeto básico.

Será disponibilizado para a contratada uma plataforma digital para o preenchimento do relatório diário de obras digital, que permite a inclusão de registro fotográfico dos serviços executados. Por esse motivo, se faz obrigatória a inclusão de relatório fotográfico de todos os serviços executados durante o dia no relatório diário de obras. As imagens contidas nos relatórios devem ter qualidade que permita sua perfeita visualização e análise pela fiscalização.

Caso a empresa contratada tenha preferência pela utilização de outra plataforma de preenchimento digital do relatório diário dos serviços, ou outro meio de preenchimento, que não prejudique a disponibilidade de informações para a fiscalização, deverá apresentá-lo para verificação e aprovação do uso pela fiscalização.

9) DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Conforme mencionado no artigo 62 da Lei 14133 de 2021, a habilitação é a fase de licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

Este tópico destina-se a orientação acerca dos requisitos de habilitação técnica dos proponentes.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

A habilitação técnica requer que o licitante possua registro no CREA/CAU e demonstre as capacidades ou proficiências profissional e operacional para a perfeita execução do objeto.

O registro no CREA/CAU é comprovado mediante a apresentação de certidão válida emitida pelo Conselho a que estiver vinculada a empresa.

A comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante se dá pela apresentação de atestados de execução de serviços semelhantes aos mais significativos e relevantes do objeto, conforme Súmula TCU nº 263/2011.

A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, e será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) de tais parcelas.

Tem-se como a parcela de maior valor significativo a etapa referente aos **serviços nas coberturas**, com área total de 325,96 metros quadrados, com valor total de R\$ 83.880,38 (49,91% do valor total estimado da contratação), não existindo outra etapa que apresente menor valor mas destaque-se em complexidade.

Dessa forma, para fins de habilitação técnica, o proponente deverá apresentar atestado de capacidade técnica válido perante a legislação atual de serviços de reforma ou execução completa de cobertura em área de, no mínimo, 162,98 metros quadrados.

10) PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução dos serviços apresentados afetará diretamente alguns setores do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, cabendo à fiscalização manter os responsáveis atualizados e informados sobre o andamento e o cronograma previsto para as etapas mencionadas, a fim de determinar as formas, modo, horários e demais assuntos satélites correspondentes à execução para mitigar o impacto negativo que porventura venha a existir, como, por exemplo, prejudicar o atendimento de eleitores, ou o desempenho de funções nos cartórios eleitorais.

Eventualmente outros setores deverão ser informados sobre etapas que os afetem, mesmo que não previsto na lista abaixo, cabendo à fiscalização essa tarefa.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

Setor afetado	Etapas / Serviço
Direção do Fórum Eleitoral de Mandaguaçu	<p>Durante todas as etapas, para informar acerca do andamento e cronograma dos serviços.</p> <p>Cronograma das etapas que impedirão o uso de determinados ambientes. Recomenda-se a interdição completa da edificação durante os serviços de substituição das coberturas.</p> <p>Manter a direção do Fórum informada e atualizada com a lista de funcionários, para garantir a liberação do acesso.</p> <p>Definir cronograma para os serviços de elétrica, que implicará no desligamento momentâneo da energia elétrica da edificação.</p> <p>Acordar com a Direção do Fórum os horários de abertura e fechamento dos portões, para início e término do horário de serviço diário, inclusive em finais de semana.</p> <p>Manter informada acerca do cronograma dos serviços que possam afetar as salas próximas com barulho.</p> <p>Disponibilização de local para manter as caçambas e o container.</p>
Seção de Segurança institucional	Informar acerca do cronograma dos serviços de substituição de janelas, assim como das medidas de segurança que serão adotadas.
Seção de redes	Informar acerca dos serviços que serão executados para a adequação das tomadas de piso dos guichês da central de atendimento ao eleitor.
Seção de manutenção dos imóveis do interior	Informar acerca dos serviços de manutenção que serão realizados na edificação, para evitar o envio de equipe

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

	<p>ao local para atender a chamados já solucionados.</p> <p>Informar acerca dos novos dispositivos de alarme de emergência instalados, das alterações no sistema de proteção contra incêndio, do teste realizado no sistema de gás, das alterações nas janelas, nas instalações elétricas, nos toldos e nas coberturas, para orientações sobre a manutenção.</p> <p>Acordar cronograma de pintura geral da edificação após a conclusão dos serviços.</p>
--	--

11) CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A empresa contratada para execução da obra deve facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ação da fiscalização, permitir o amplo acesso aos serviços em execução e atender prontamente às solicitações que lhe forem dirigidas.

Conforme disposto no Manual de Obras Públicas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio do Ministério do Planejamento, a fiscalização deverá, entre outras atividades:

- manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Caderno de Encargos, orçamentos, cronogramas, correspondência e relatórios de andamento das atividades;
- aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos trabalhos;
- solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da Fiscalização;
- verificar se estão sendo colocados à disposição dos trabalhos as instalações, equipamentos e equipe técnica previstos na proposta e sucessivo contrato de execução dos serviços;

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

- esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Programa de Necessidades, bem como nas demais informações e instruções complementares do Projeto executivo, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- promover reuniões periódicas com a Contratada para análise e discussão sobre o andamento dos trabalhos, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;
- solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais, eventualmente contratados pela Contratante;
- verificar e aprovar os relatórios periódicos de execução dos serviços elaborados em conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Executivo
- exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- analisar e aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, em obediência ao previsto no Caderno de Encargos, em particular as etapas de Estudo Preliminar, Projeto Básico e Projeto Executivo, quando pertinentes;
- verificar e aprovar eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;
- verificar e atestar as medições dos serviços, bem como conferir, vistar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- encaminhar à Contratada os comentários efetuados para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;

Todas as dúvidas existentes, quanto à técnica de construção, deverão ser sanadas com a Fiscalização da Contratante, por escrito, cabendo à Contratada aguardar a deliberação para prosseguir nas atividades daí decorrentes. Em algumas etapas caberá à empresa contratada entrar em contato com a fiscalização pelas vias formais para a apresentação e especificação de certos materiais a serem empregados

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

nos serviços, conforme ressalvas do Projeto Executivo, como, por exemplo, na apresentação das cores de tintas que serão utilizadas, ou dos gabaritos de pinturas de símbolos.

A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada principalmente via e-mail, além das anotações ou registros no Relatório de Serviços.

Recomenda-se que todas as reuniões realizadas com a empresa contratada sejam documentadas em Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização contendo, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

Recomenda-se a adoção de sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado e dos critérios de aceitação.

A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços de elaboração de projeto previstos no contrato e efetivamente executados pela Contratada. A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao Contrato.

Conforme disposição do Decreto nº 7.983/2013, art. 13, II, em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites de acréscimos e supressões.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

Após a verificação, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes;

O Recebimento Definitivo deverá estar condicionado à aprovação dos serviços junto aos critérios de aceitação, apresentados em anexo deste projeto básico e do projeto executivo.

Os serviços medidos serão apenas considerados em condições de serem faturados pela Contratada, podendo a Fiscalização rejeitá-los posteriormente e solicitar da Contratada os ajustes necessários à aprovação, quando existirem vícios ocultos ou defeitos não identificados previamente.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico ou no Projeto Executivo, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

Algumas etapas possuem pontos chaves em que recomenda-se a presença do corpo técnico da fiscalização no local dos serviços, como listado abaixo, por tratarem de serviços que ficaram escondidos pelo acabamento quando concluídos e a falta da visita técnica neste momento impedirá a perfeita fiscalização, porém, a presença da fiscalização deve se dar sempre na maior quantidade possível, a fim de evitar a necessidade de refazer serviços cujos defeitos poderiam ser detectados previamente.

Em determinados momentos, também listados abaixo, será essencial a presença do engenheiro eletricista que compõem o corpo técnico da fiscalização.

Roteiro essencial para a presença do corpo técnico da fiscalização	
Etapas/Serviço	Descrição
Acessibilidade externa	Momento da concretagem das peças de piso tátil, para acompanhamento e

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

	conferência da dosimetria do concreto.
Prevenção contra incêndio	Momento da execução do teste de estanqueidade na rede de gás;
Recalque	Momento das escavações, para identificar a origem dos problemas no solo.
Tratamento de fissuras	Quando estiverem sendo realizadas as correções das fissuras, para conferências das telas e demais materiais utilizados;
Impermeabilização	Momento da execução dos serviços, para conferência dos materiais e sistemas utilizados.
Cobertura	Acompanhamento dos serviços de reparo e reforço das estruturas Acompanhamento geral dos serviços de instalação das telhas metálicas, calhas e rufos.
Janelas	Momento da execução dos contramarcos nas janelas, para conferência dos materiais a serem empregados e dos sistemas de instalação utilizados.

Roteiro essencial para a presença do corpo técnico de serviços com a rede elétrica da fiscalização	
Etapas/Serviço	Descrição
Portões	Momento da instalação dos motores nos portões, para verificação da infraestrutura utilizada e dos testes realizados.
Quadro de energia	Momento da execução dos serviços, para acompanhamento geral, e para conferir as medidas de segurança adotadas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

Adequação das tomadas de piso da C.A.E.	Durante toda a execução dos serviços, para verificação do reaproveitamento dos materiais e acompanhamento dos testes realizados.
Rede	Acompanhamento dos serviços de certificação dos pontos de rede.
Sistema de proteção contra descargas atmosféricas	Acompanhamento geral dos serviços, para conferência dos materiais reaproveitados.

12) RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Incluída em anexo a este documento, as Anotações de Responsabilidade Técnica, que indicam os responsáveis técnicos pela elaboração deste Projeto Básico e seus anexos, como segue assinado

Leonardo Cardozo Lick
Engenheiro Civil
CREA-PR 188.435
Apoio Seção de Obras e Projetos

Marcelo Biss da Cruz
Engenheiro Eletricista
CREA-PR 124.573

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PROJETO BÁSICO
REFORMA GERAL - FÓRUM ELEITORAL DE MANDAGUAÇU 2023

Apoio Seção de Obras e Projetos

Alexandre Hagedorn
Engenheiro Civil
CREA-PR 153.017
Apoio Seção de Obras e Projetos